



ESTADO DE GOIÁS
Secretaria de Estado da Economia
Controladoria-Geral do Estado

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

ENTE: ESTADO DE GOIÁS
PODER: CONSOLIDADO – Todos os Poderes e Órgãos Autônomos
CNPJ: 01.409.580/0001-39
PERÍODO: 3º Quadrimestre de 2022
RGF - ANEXO 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

PERÍODO DE REFERÊNCIA: JANEIRO A DEZEMBRO DE 2022 / QUADRIMESTRE SETEMBRO-DEZEMBRO

R\$ 1.00

CAMPO	IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA VERIFICADA NO CONSORCIO PÚBLICO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) ¹	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
			Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras					
			De Exercícios Anteriores	Do Exercício							
(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f)	(g) = (a - (b + c + d + e) - f)	(h)	(i) = (g - h)			
1	TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (I)	6.839.988.227,85	88.078.607,31	81.335.414,62	287.470.190,76	223.766.285,66	0,00	6.159.337.729,50	697.950.959,72	0,00	5.461.386.769,78
2	Recursos Ordinários	6.187.455.324,33	67.722.481,52	78.445.996,94	286.047.144,81	0,00	0,00	5.755.239.701,06	535.151.863,56	0,00	5.220.087.837,50
3	Outros Recursos não Vinculados	652.532.903,52	20.356.125,79	2.889.417,68	1.423.045,95	223.766.285,66	0,00	404.098.028,44	162.799.096,16	0,00	241.298.932,28
4	TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (II)	6.373.040.803,52	43.054.458,95	43.681.966,25	275.068.216,29	483.073.899,75	0,00	5.528.162.262,28	814.904.886,41	0,00	4.713.257.375,87
5	Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6	Transferências do FUNDEB	204.993.777,87	0,00	355.468,96	0,00	0,00	0,00	204.638.308,91	21.831.232,62	0,00	182.807.076,29
7	Outros Recursos Vinculados à Educação	374.685.315,39	172.074,10	11.143.961,19	7.539.428,56	0,00	0,00	355.829.851,54	71.673.109,53	0,00	284.156.742,01
8	Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9	Outros Recursos Vinculados à Saúde	484.800.076,79	684.695,63	4.308,18	381.211,26	0,00	0,00	483.729.861,72	28.152.804,02	0,00	455.577.057,70
10	Recursos Vinculados à Assistência Social	14.869.274,79	0,00	132.981,31	0,00	0,00	0,00	14.736.293,48	832.394,94	0,00	13.903.898,54
11	Recursos Vinculados ao RPPS - Plano Previdenciário ²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12	Recursos Vinculados ao RPPS - Plano Financeiro	4.779.979,48	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.779.979,48	89.043,88	0,00	4.690.935,80
13	Recursos Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração	3.939.311,89	0,00	29.613,50	0,00	0,00	0,00	3.909.698,39	2.944.225,36	0,00	965.473,03
14	Recursos de Operações de Crédito (exceto vinculados à Educação e à Saúde)	22.746.583,30	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	22.746.583,30	0,00	0,00	22.746.583,30
15	Recursos de Alienação de Bens/Ativos	752.430.220,05	0,00	0,00	6.800,44	0,00	0,00	752.423.419,61	1.969.995,22	0,00	750.453.424,39
16	Recursos Extraorçamentários	418.667.121,60	0,00	0,00	0,00	483.073.899,75	0,00	-64.406.778,15	0,00	0,00	-64.406.778,15
17	Outros Recursos Vinculados	4.091.129.142,36	42.197.689,22	32.015.633,11	267.140.776,03	0,00	0,00	3.749.775.044,00	687.412.081,04	0,00	3.062.362.962,96
18	TOTAL (III) = (I + II)	13.213.029.031,37	131.133.066,26	125.017.380,87	562.538.407,05	706.840.185,41	0,00	11.687.499.991,78	1.512.855.846,13	0,00	10.174.644.145,65

FONTE: Relatório de Gestão Fiscal dos Órgãos e Entidades da Administração Pública Estadual de Goiás (Poder Executivo, (incluindo a DPE-GO), ALEGO, TCE-GO, TCM-GO, MP-GO e TJ-GO) referentes ao 6º bimestre de 2022, disponíveis nos sites de Transparência Fiscal.

NOTAS: 1. Essa coluna poderá apresentar valor negativo, indicando, nesse caso, insuficiência de caixa após o registro das obrigações financeiras.

2. A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial. As disponibilidades de caixa do RPPS, quando houver, ainda que vinculadas a fundos específicos previstos na Constituição, ficarão depositadas em conta separada das demais disponibilidades.

3. O saldo da conta contábil "1.1.3.1.1.02.02.00.00 - FUNDO ROTATIVO" é de R\$ 7.999.520,37 e não foi incluído na disponibilidade de caixa deste relatório.

4. O principal motivo de a Disponibilidade de caixa líquida (antes da inscrição em restos a pagar não processados do exercício) da Linha "Recursos Extraorçamentários" ficar negativa está na conta de passivo 2.2.8.8.1.03.01.00.00 - Depósitos por determinação Judicial, composta pela fonte X.869.0886 (fonte que registra ingressos/dispêndios extra orçamentários). Atualmente, consta o valor de R\$ 200.664.520,29 referente a passivo resultante do registro de guias de receitas emitidas em função de repasse de depósitos judiciais em decorrência da implementação do disposto na lei complementar nº. 151 de 05 de agosto de 2015. A citada Lei permitiu a utilização, pelos entes públicos devedores de precatórios, dos depósitos judiciais de qualquer natureza realizados nos processos dos quais sejam parte. O registro dessa operação como passivo extraorçamentário obedeceu à orientação contida no IPC-15 – Depósitos Judiciais e Extrajudiciais, LC 151/2015, EC nº. 94/2016, EC nº. 99/2017. Tais repasses foram creditados na conta 001.00096.0000017174-3 – Convênio tributário estadual em virtude do contrato nº. 19/2015 – Sefaz, de agosto de 2015, entre o estado de Goiás e o Banco do Brasil, e na conta 104.04204.0600001386-1 Tesouro convênio Dep. Judicial, em virtude do contrato nº. 20/2015 – Sefaz, celebrado em setembro de 2015, entre o estado de Goiás e a Caixa Econômica Federal.

5. Em "Demais Obrigações Financeiras", conforme registrado no relatório da Assembleia Legislativa, o montante R\$11.537.387,08 refere-se à conta patrimonial 2.1.1.1.01.03.01.00 - Provisão de Férias (P), no valor de R\$3.171.193,77, e à conta patrimonial 2.1.1.4.3.01.01.00 INSS - Contribuição sobre Salários e Remunerações (P), no valor de R\$8.366.193,31. Este último refere-se ao parcelamento de Contribuições Previdenciárias de Servidores da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás, firmado entre o Estado de Goiás e a Receita Federal do Brasil, cujo período compreende aos anos de 2005 a 2008, conforme processo SEI nº 20190013001581 e processo ALEGO nº 2020002413. Esse montante foi incluído na linha "Recursos Não Vinculados de Impostos".

Goiânia, 27 de fevereiro de 2023.

Assinado Digitalmente pelo Governador
do Estado de Goiás

Assinado Digitalmente pela Secretária de
Estado da Economia

Assinado Digitalmente pelo Secretário de Estado-Chefe
da Controladoria-Geral do Estado

Assinado digitalmente pelo Superintendente
Contábil da Secretaria de Estado da Economia